

# Nem uma palmadinha?

Mônica Sifuentes\*

O grande jurista Pontes de Miranda, ao escrever sobre as boas intenções contidas nas leis, recordou que certa Constituição espanhola havia decretado solenemente que todos os espanhóis seriam, a partir daquela data, *buenos*. Quem escreveu essa Constituição, certamente com os melhores propósitos, quis decretar que a maldade estaria abolida dali em diante. Pelo menos na Espanha... Esse e outros exemplos de leis inoperantes ou ingênuas, que poderiam ser relacionadas às dezenas, conquanto provoquem deboche, vez ou outra servem de mote a infundável polêmica entre os estudiosos da lei. Por mais de século se tem discutido se a lei deve ser precursora das mudanças sociais, regulando comportamentos futuros, ou se ela, ao contrário, é posterior aos fatos, como o reflexo daquilo que já se encontra consolidado ou em potencial na sociedade. A lei deve preceder o fato ou é o fato que dá ensejo à aparição da lei? Questão intrincada, parecida com aquela outra, não menos transcendente: quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha?

Em julho deste ano, o presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em comemoração aos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto de Lei 7.672/2010, apelidado de Lei da Palmada. O projeto traz mudanças na legislação em vigor, concedendo às crianças e adolescentes o direito de serem educados pelos pais ou responsáveis sem o uso de castigo corporal ou de tratamento cruel ou degradante. O castigo corporal é definido como uso da força física que resulte em dor ou lesão. Já o tratamento cruel ou degradante é tido como toda conduta que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize a criança ou o adolescente. As penalidades previstas são advertência, encaminhamento a programas de proteção à família, além de orientação psicológica. Em casos mais graves, a conduta poderá resultar no afastamento do agressor do convívio com a vítima.

Mas não pode nem uma palmadinha? perguntam-se pais e mães, apreensivos sobre a conduta a seguir a partir da aprovação da lei. A opinião dos psicólogos e dos pedagogos a respeito do assunto está longe de ser unânime. Uns dizem que uma palmadinha só não faz mal e há situações críticas em que o diálogo racional é incompatível com a disciplina. Outros dizem que a palmada deseduca e dá ensejo a atitudes

violentas no futuro. O fato é que aplicar na criança uma palmada, uma chinelada ou um beliscão, de forma moderada, sempre foi comportamento socialmente aceito, aqui e alhures. Não se pode afirmar que sejam mais dolorosos para a criança do que a violência ou a tortura psicológica, o desprezo, a falta de cuidado ou de interesse. Eu me recordo das boas chineladas que levei quando criança, certamente não sem motivo, embora nem por isso deixasse de acreditar no amor incondicional da minha mãe.

Todas as questões que envolvem a intimidade das pessoas são sempre muito complicadas de se resolver, ainda mais por meio de lei. A tarefa de educar sempre foi atribuição das famílias, a quem compete escolher o método de disciplina e de educação adequado aos próprios filhos. No entanto, para psicólogos e pedagogos, as mudanças nas relações familiares na sociedade contemporânea ainda não resultaram em uma configuração adequada das relações entre educar e punir. Educar crianças para que elas compreendam e obedeçam às regras da convivência é um desafio enfrentado pelos pais, escola e sociedade em geral. A questão dos limites volta-se, portanto, para os próprios pais e a escola: a educação deve privilegiar o diálogo com crianças e adolescentes, em vez de punições, especialmente as corporais.

O projeto de lei é, sem dúvida, bem intencionado e tem um apelo nitidamente pedagógico. Segundo o secretário de Direitos Humanos, a premissa do projeto é educar os pais e estimular o debate em torno de alternativas na educação dos filhos e no relacionamento com crianças e adolescentes — “a sanção ou punição, ressalvado o devido processo legal, deve ser vista como medida excepcional e de última natureza”, afirmou. O objetivo, portanto, não é instaurar processos contra os pais, o que, na maior parte dos casos, é flagrantemente contrário aos interesses da criança e do adolescente. Trata-se, portanto, de projeto de lei que pretende modificar condutas, de lei que quer disciplinar o futuro. Em outras palavras, espera-se que a nossa sociedade seja, quem sabe, mais *buena*. Dos juízes e educadores espera-se que interpretem a lei de modo harmônico, atentando-se para o interesse superior da criança de ser educada com a disciplina adequada ao seu agir em prol de outros valores, como o respeito ao outro, à justiça e à solidariedade.

\* Desembargadora Federal do TRF 1ª Região.